

MANDADO DE SEGURANÇA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA ____ VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE _____

Impetrante: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço Completo: _____

CEP: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

Impetrado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Representado pela autoridade coatora: _____

Cargo/Função: _____

Endereço: _____

I - DOS FATOS

O impetrante teve seu direito violado pela autoridade coatora ao indeferir/retardar o benefício previdenciário de nº _____, cuja natureza é _____.

Tal decisão administrativa contraria direitos líquidos e certos do impetrante, causando-lhe prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação.

II - DO DIREITO

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, inciso LXIX, a proteção mandamental contra ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade pública.

O benefício previdenciário pleiteado encontra previsão no artigo(s) _____ da Lei nº 8.213/91, regulamentada pelo Decreto nº _____.

A negativa ou demora injustificada na concessão do benefício configura afronta à legislação vigente e aos princípios da dignidade da pessoa humana e da eficiência administrativa.

III - DA LÍQUIDEZ E CERTEZA DO DIREITO

O direito do impetrante é evidente e está demonstrado pelos documentos anexos, que comprovam o preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício.

Não há controvérsia quanto aos fatos e direito envolvidos, sendo desnecessária dilação probatória.

IV - DA NATUREZA URGENTE E DA TUTELA DE URGÊNCIA

A demora na concessão do benefício causa grave prejuízo financeiro e social ao impetrante, justificando a concessão da medida liminar para imediata implementação do direito.

V - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. A concessão da medida liminar para imediata concessão do benefício previdenciário de nº _____, de natureza _____, até decisão final;
2. A notificação da autoridade coatora para prestar informações no prazo legal;
3. A intimação do Ministério Público Federal para intervir no feito;
4. Ao final, a confirmação da liminar, com a concessão definitiva do benefício;
5. A condenação da autoridade coatora ao pagamento das custas processuais, se houver;
6. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental e testemunhal, se necessário.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, ____ de _____ de _____

Local e data

Impetrante ou seu representante legal

OAB/UF nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/mandado-de-seguranca-inss/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.